



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026
Data: 30 de agosto de 2026

TURNO: MATUTINO Cargo: Auditor de Controle Interno NÍVEL SUPERIOR



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **55 (cinquenta e cinco)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o **Cartão de Respostas** e o **Caderno definitivo da Prova Discursiva**;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da **prova objetiva, da prova discursiva**, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento do **Caderno definitivo da Prova Discursiva**;
- **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em **material transparente**, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, número de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e o caderno definitivo de prova discursiva;
- O Instituto IASPE coletará as **impressões digitais** dos candidatos no Cartão de Resposta;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Sucesso na prova de hoje!



INSTITUTO
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E
PROMOÇÃO DE EVENTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leia o trecho adaptado da *Odisseia*, de Homero, em que Ulisses, preso na caverna do ciclope Polifemo, procura escapar de uma situação desesperadora.

Quando Polifemo perguntou-lhe seu nome, Ulisses respondeu:

— *Meu nome é Ninguém.*

Mais tarde, depois de ser cegado por Ulisses e seus companheiros, Polifemo gritou por socorro. Os outros ciclopes aproximaram-se da caverna e perguntaram:

— *Quem está lhe fazendo mal?*

Polifemo respondeu:

— *Ninguém está me matando por astúcia!*

Ouvindo isso, os ciclopes concluíram que Polifemo não estava sendo atacado por pessoa alguma, atribuindo a sua queixa a algum castigo dos deuses, e foram embora, deixando-o sozinho.

A eficácia do estratagema de Ulisses decorre, sobretudo,

- (A) do emprego de uma metáfora convencional, em que “Ninguém” representa paradoxalmente a coragem dos invasores, sendo essa a interpretação assumida equivocadamente pelos demais ciclopes.
- (B) da homonímia entre o nome escolhido por Ulisses e uma possível alcunha, circunstância que impossibilita aos demais ciclopes identificar corretamente o agressor.
- (C) do jogo de palavras, que deliberadamente acaba por fornecer informações falsas aos demais ciclopes para que Polifemo evite demonstrar sua vulnerabilidade.
- (D) da ambiguidade lexical do termo “Ninguém”, que permite simultaneamente sua interpretação como nome próprio e como pronome indefinido, produzindo um equívoco comunicativo entre interlocutores distintos.
- (E) do emprego de um sujeito indeterminado na resposta de Polifemo, que impede a identificação sintática do agente da ação e compromete a compreensão da mensagem.

2. Aponte a única frase redigida de acordo com a norma-padrão.

- (A) Poucas experiências intelectuais contribuem tanto para o amadurecimento do pensamento quanto a leitura atenta de obras que, embora escritas em contextos remotos, mantém extraordinária capacidade de dialogar com o presente.
- (B) Do Brasil à Cuba, a tradição literária representada por grandes autores deste percurso impreterivelmente permanece como um dos maiores patrimônios culturais da América Latina.
- (C) Se algum crítico literário previr na obra de Guimarães Rosa apenas experimentação linguística, provavelmente não compreenderá a profundidade filosófica que atravessa seus romances.
- (D) O livro “Dom Casmurro” de Machado de Assis figura entre os romances cuja complexidade narrativa continua a desafiar sucessivas gerações de leitores e críticos literários.
- (E) Dificilmente substituem as milhares de leituras realizadas ao longo da vida de um grande escritor a experiência da reflexão crítica e da escrita constante.

3. Leia o trecho: "O Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro – MT informou ____ todas as secretarias que os relatórios deveriam ser entregues ____ vista dos fiscais, visando ____ transparência dos atos públicos."

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** e respectivamente as lacunas.

- (A) à – a – à
- (B) à – à – a
- (C) a – à – à
- (D) à – à – à
- (E) a – a – a

4. Leia o trecho abaixo: "O auditor interno solicitou a _____ de prazos para evitar a _____ de irregularidades na prestação de contas."

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** e respectivamente as lacunas, de acordo com a ortografia oficial.

- (A) dilazão – paralisação
- (B) dilassão – paralização
- (C) dilassão – paralisação
- (D) dilação – paralisação
- (E) dilação – paralização

5. Leia o texto a seguir: "O procurador jurídico redigiu um parecer _____ e objetivo para orientar o município sobre o novo _____."

Assinale a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as lacunas e recebem acento gráfico pela mesma regra gramatical.

- (A) rápido – decreto
- (B) prático – código
- (C) sucinto – edital
- (D) sólido – protocolo
- (E) lúcido – projeto

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

6. Considere a seguinte proposição composta:

- "Se o projeto for aprovado ou a equipe receber o bônus, então a produtividade aumentará e o prazo será cumprido."

Assinale a alternativa que apresenta a negação **correta** dessa proposição:

- (A) O projeto não for aprovado e a equipe não receber o bônus, ou a produtividade não aumentará e o prazo não será cumprido.
- (B) O projeto for aprovado ou a equipe receber o bônus, e a produtividade não aumentará ou o prazo não será cumprido.
- (C) O projeto for aprovado ou a equipe receber o bônus, mas a produtividade não aumentará e o prazo não será cumprido.
- (D) Se o projeto não for aprovado e a equipe não receber o bônus, então a produtividade não aumentará ou o prazo não será cumprido.
- (E) O projeto não for aprovado ou a equipe não receber o bônus, mas a produtividade aumentará e o prazo será cumprido.

7. No setor de licitação da Câmara Municipal de General Carneiro - MT, o departamento recebeu um total de 240 processos no primeiro semestre do ano. Desses processos, 25% referiam-se a pregões eletrônicos para aquisição de bens, e os demais referiam-se a contratações de serviços. No mês de julho, a equipe jurídica emitiu pareceres conclusivos para 40% processos de aquisição de bens que haviam sido recebidos no semestre.

Assinale a alternativa que apresenta o número exato de processos de aquisição de bens que ainda **não** tiveram seus pareceres emitidos pela equipe jurídica até o final de julho:

- (A) 18
- (B) 24
- (C) 36
- (D) 48
- (E) 60

8. Para apreciar a legalidade e checar os critérios de quórum em matérias legislativas da Câmara Municipal de General Carneiro - MT, uma comissão especial de 6 vereadores, trabalhando a um ritmo de 4 horas por dia, levou 10 dias para analisar a votação de 10 projetos de lei.

Considerando que a demanda aumentou, uma nova comissão composta por 9 vereadores, trabalhando a um ritmo constante de 5 horas por dia, levará quantos dias para analisar a votação de 15 projetos de lei idênticos quanto à complexidade?

- (A) 6 dias
- (B) 7 dias
- (C) 8 dias
- (D) 9 dias
- (E) 10 dias

9. A Câmara Municipal de General Carneiro destinou R\$ 20.000,00 para uma aplicação financeira no regime de juros simples, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples de 1,5% ao mês. O montante total resgatado ao final desse período foi de:

- (A) R\$ 20.150,00
- (B) R\$ 20.300,00
- (C) R\$ 20.750,00
- (D) R\$ 21.500,00
- (E) R\$ 21.800,00

10. Considere a sequência numérica: **3, 7, 15, 31, 63**,... Mantendo-se o mesmo padrão lógico, qual é o próximo termo dessa sequência?

- (A) 126
- (B) 128
- (C) 125
- (D) 127
- (E) 129

CONHECIMENTOS GERAIS

11. No cenário econômico brasileiro, o Banco Central do Brasil utiliza uma taxa básica de juros como seu principal instrumento de política monetária para controlar a inflação (medida pelo IPCA) e influenciar o custo do crédito no país.

Essa taxa básica de juros da economia brasileira é conhecida como:

- (A) Taxa TJLP
- (B) Taxa Selic
- (C) Taxa DI
- (D) Taxa TR
- (E) Taxa Libor

12. Ao longo de 2026, o debate político e legislativo no Congresso Nacional concentrou-se nos desdobramentos e na regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132.

Um dos pilares centrais dessa reorganização do sistema arrecadatário brasileiro é a unificação de impostos federais, estaduais e municipais por meio da criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que juntos formam o modelo conhecido como:

- (A) Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).
- (B) IVA Dual (Imposto sobre Valor Agregado Dual).
- (C) Imposto Único de Arrecadação Territorial (IUAT).
- (D) Alíquota Única de Importação e Exportação (AUIE).
- (E) Contribuição dos Impostos do Brasil dos Serviços (CIBS).

13. O estado de Mato Grosso é reconhecido nacional e internacionalmente como uma das maiores forças do agronegócio brasileiro, liderando de forma isolada a produção e a exportação nacional de diversos grãos e fibras.

O cultivo agrícola que consolida Mato Grosso como o maior produtor nacional, sendo a principal base de sua pauta de exportações, é:

- (A) O Café.
- (B) A Trigo .
- (C) O Cacau.
- (D) A Laranja.
- (E) A Soja.

14. O território do município de General Carneiro, no estado do Mato Grosso, foi ancestralmente povoado por grupos pertencentes à etnia indígena:

- (A) Kokama.
- (B) Xavante.
- (C) Ticuna.
- (D) Bororó.
- (E) Barreiro.

15. De acordo com a história, o nome do município (**General Carneiro**) – no estado do Mato Grosso, é uma homenagem direta ao militar brasileiro:

- (A) Cândido Mariano da Silva Rondon.
- (B) Amaro Leite pelo Rio das Mortes.
- (C) General Peixoto Carneiro.
- (D) Antônio Ernesto Gomes Carneiro.
- (E) General Mato Grosso Carneiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO**

16. O sistema de controle interno de um Município realiza a fiscalização preventiva em uma Autarquia Municipal encarregada da previdência dos servidores. Do ponto de vista da organização administrativa, essa Autarquia integra a:

- (A) Administração Pública Direta e possui subordinação hierárquica ao Prefeito.
- (B) Administração Pública Indireta e submete-se ao controle finalístico (tutela administrativa).
- (C) Administração Pública Indireta e possui subordinação hierárquica à Câmara Municipal.
- (D) Administração Pública Direta e é dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- (E) Administração Pública Indireta e não possui personalidade jurídica própria.

17. Secretário Municipal de Finanças pretende nomear sua esposa para o cargo em comissão de Assessora Técnica em sua própria secretaria. De acordo com a Súmula Vinculante 13 do STF, essa nomeação é:

- (A) Permitida, desde que haja autorização expressa da Câmara Municipal.
- (B) Permitida, pois os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.
- (C) Vedada, pois configura nepotismo por haver vínculo de parentesco e relação de hierarquia/chefia.
- (D) Permitida, desde que a nomeada comprove ter nível superior de escolaridade.
- (E) Vedada apenas se a nomeação for para o cargo de Secretária Municipal.

18. Ao auditarem os processos de concessão de adicionais salariais aos servidores, os auditores internos identificaram um pagamento efetuado em desacordo com a lei local. Diante da ilegalidade constatada, a Administração Pública:

- (A) Deve revogar o ato, por razões de conveniência e oportunidade, produzindo efeitos retroativos (ex tunc).
- (B) Deve anular o ato ilegal, no uso de seu poder de autotutela, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.
- (C) Não pode alterar a concessão, pois os atos administrativos são irrevogáveis e in anuláveis após sua publicação.
- (D) Deve aguardar a autorização do Tribunal de Contas para poder anular ou corrigir o ato.
- (E) Deve se abster de atuar.

19. Durante a execução de uma auditoria em uma obra pública municipal, a equipe de controle interno coletou notas fiscais de compras de materiais que não foram entregues na obra. O fato apurado (falta de entrega) e o suporte comprobatório (notas fiscais e vistoria) constituem, respectivamente:

- (A) Achado de auditoria e Evidência de auditoria.
- (B) Papel de trabalho e Planejamento.
- (C) Matriz de risco e Amostragem técnica.
- (D) Relatório prévio e Opinião de auditoria.
- (E) Teste de conformidade e Ressalva formal.

20. A Prefeitura Municipal precisa contratar um profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, para uma festividade local. Nos termos da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), essa contratação deve ser feita por:

- (A) Inexigibilidade de Licitação, dada a inviabilidade de competição.
- (B) Dispensa de Licitação em razão do valor.
- (C) Licitação na modalidade Leilão.
- (D) Licitação na modalidade Concorrência, pelo critério de menor preço.
- (E) Dispensa de Licitação por emergência ou calamidade pública.

21. Assinale a alternativa que apresenta uma modalidade de licitação criada ou expressamente mantida pela Lei nº 14.133/2021, aplicável à contratação de obras, bens e serviços comuns:

- (A) Tomada de Preços.
- (B) Convite.
- (C) Pregão.
- (D) Regime Diferenciado de Contratações (RDC).
- (E) Concurso Limitado.

22. Nos termos da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF sobre os sistemas de controle, é função constitucional prioritária do Controle Interno Municipal:
- (A) Julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito Municipal.
 - (B) Sustar diretamente os contratos administrativos celebrados pelo Poder Executivo.
 - (C) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - (D) Subordinar-se hierarquicamente às determinações operacionais do Tribunal de Contas.
 - (E) Aplicar sanções de inabilitação política aos agentes do Poder Legislativo.
23. A Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) estabelece a responsabilidade das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. Essa responsabilidade é classificada como:
- (A) Subjetiva, exigindo obrigatoriamente a comprovação de dolo do sócio.
 - (B) Objetiva, prescindindo da comprovação de dolo ou culpa da pessoa jurídica.
 - (C) Exclusivamente penal, dependendo de condenação prévia em processo criminal.
 - (D) Subsidiária, aplicando-se apenas se o agente público envolvido for absolvido.
 - (E) Ilimitada, estendendo-se automaticamente aos bens pessoais de todos os empregados.
24. De acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/1992, para a caracterização de qualquer ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios ou cause dano ao erário, é indispensável:
- (A) A comprovação do elemento subjetivo dolo (vontade livre e consciente).
 - (B) A ocorrência de culpa grave ou imperícia do agente público.
 - (C) O enriquecimento ilícito direto do próprio agente fiscalizador.
 - (D) A existência de condenação criminal transitada em julgado.
 - (E) O prejuízo efetivo superior a cem salários mínimos ao erário público.
25. O Prefeito Municipal que descumprir ordem judicial de pagamento ou deixar de prestar contas anuais da administração no prazo legal comete infração tipificada no Decreto-Lei nº 201/1967 como:
- (A) Crime de responsabilidade (de natureza político-administrativa ou processual penal).
 - (B) Ato ilícito puramente civil, sem repercussão no mandato.
 - (C) Falta disciplinar sujeita apenas à penalidade de advertência por escrito.
 - (D) Mera irregularidade formal insanável, isenta de julgamento pela Câmara.
 - (E) Infração contábil de competência exclusiva de julgamento pelo Ministério Público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, o pluralismo político e a prevalência dos direitos humanos constituem, respectivamente:
- (A) Um objetivo fundamental e um fundamento da República.
 - (B) Um fundamento da República e um princípio das relações internacionais.
 - (C) Um princípio das relações internacionais e um objetivo fundamental.
 - (D) Um fundamento da República e um diretriz do Poder Judiciário.
 - (E) Um objetivo fundamental e um princípio das relações internacionais.
27. Para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, concede-se:
- (A) Mandado de Injunção.
 - (B) Ação Popular.
 - (C) *Habeas Corpus* Coletivo.
 - (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - (E) Mandado de Segurança.

28. A Constituição Federal garante aos trabalhadores urbanos e rurais a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. Contudo, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada é de:

- (A) Seis horas, vedada em qualquer hipótese a negociação coletiva.
- (B) Oito horas, facultada a redução por acordo individual escrito.
- (C) Cinco horas, obrigatoriamente regulamentada por lei complementar.
- (D) Sete horas, dependente de autorização do Ministério do Trabalho.
- (E) Seis horas, salvo negociação coletiva.

29. Com as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 131/2023, o brasileiro residente em país estrangeiro que adquire voluntariamente outra nacionalidade:

- (A) Perde automaticamente a nacionalidade brasileira, salvo se for nato.
- (B) É obrigado a renunciar à cidadania estrangeira em até 12 meses.
- (C) Perde a nacionalidade brasileira, salvo se a aquisição for comprovadamente para fins de trabalho.
- (D) Perde a nacionalidade brasileira apenas se requerer expressamente a perda perante a autoridade brasileira competente.
- (E) Mantém a nacionalidade brasileira, mas perde os direitos políticos no Brasil.

30. Nos termos da Constituição Federal de 1988, legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico é competência:

- (A) Concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- (B) Privativa da União, indelegável aos Estados ou Municípios.
- (C) Exclusiva dos Municípios no âmbito do seu interesse local.
- (D) Comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) Reservada privativamente aos Municípios e ao Distrito Federal.

31. A respeito da competência dos Municípios conforme o artigo 30 da Carta Magna e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa **correta**:

- (A) É da competência privativa da União fixar o horário de funcionamento do comércio local.
- (B) Os Municípios podem instituir impostos sobre o patrimônio e renda da União e dos Estados.
- (C) É vedado aos Municípios prestar serviços de atendimento à saúde da população, cabendo tal atribuição apenas aos Estados.
- (D) A instituição do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é de competência privativa dos Estados.
- (E) O Município é competente para legislar sobre assunto de interesse local e fixar o horário de funcionamento do comércio local.

32. No âmbito do controle externo exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal é feita mediante:

- (A) Julgamento técnico e definitivo realizado pelo Tribunal de Contas, sem ingerência do Poder Legislativo.
- (B) Votação por maioria simples dos vereadores da Câmara Municipal, sendo o parecer do Tribunal de Contas meramente opinativo e sem quórum qualificado para rejeição.
- (C) Parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, que só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (D) Sentença proferida pelo Juiz de Direito da comarca local com base no relatório sintético do Controle Interno.
- (E) Aprovação automática caso o Tribunal de Contas não emita o parecer no prazo de 30 dias.

33. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Esse preceito constitucional consagra expressamente o princípio da:

- (A) Anterioridade Nonagesimal.
- (B) Capacidade Contributiva.
- (C) Irretroatividade Tributária.
- (D) Isonomia Tributária.
- (E) Uniformidade Geográfica.

34. De acordo com o artigo 165 da Constituição Federal, a lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes é a:

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (B) Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (C) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- (D) Medida Provisória Orçamentária (MPO).
- (E) Plano Plurianual (PPA).

35. Conforme a jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal (STF) e a aplicação nos Tribunais Estaduais, a fixação dos subsídios dos Vereadores para a legislatura subsequente deve observar:

- (A) Livre arbítrio da Câmara Municipal a qualquer tempo, inclusive no último mês do mandato para vigorar retroativamente.
- (B) Reajuste automático anual indexado ao salário mínimo nacional, dispensada a edição de lei municipal.
- (C) Aprovação prévia mediante homologação compulsória pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (D) Valor idêntico e fixo ao subsídio percebido pelos Deputados Estaduais em qualquer Município.
- (E) O Princípio da Anterioridade da Legislação, respeitados os limites constitucionais estipulados em função da população do Município e da receita municipal.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

36. O princípio orçamentário segundo o qual a Lei Orçamentária Anual não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, é o Princípio da:

- (A) Exclusividade.
- (B) Universalidade.
- (C) Unidade.
- (D) Anualidade.
- (E) Não Vinculação.

37. O modelo de orçamento que se caracteriza por vincular a alocação de recursos financeiros diretamente aos objetivos e metas a serem alcançados, enfatizando o que a administração pública pretende realizar (e não apenas o que pretende comprar), denomina-se:

- (A) Orçamento Clássico ou Tradicional.
- (B) Orçamento-Programa.
- (C) Orçamento Base-Zero.
- (D) Orçamento Incremental.
- (E) Orçamento Financeiro Histórico.

38. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de condição é denominado:

- (A) Liquidação.
- (B) Pagamento.
- (C) Lançamento.
- (D) Fixação.
- (E) Empenho.

39. De acordo com o artigo 167, IV, da Constituição Federal de 1988, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, **ressalvadas**, entre outras hipóteses expressas:

- (A) As despesas com propaganda institucional da Câmara Municipal.
- (B) A aquisição de veículos para a frota do Poder Executivo.
- (C) As despesas com festividades e eventos culturais do município.
- (D) As ações e serviços públicos de saúde e a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (E) A concessão de subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos.

40. Nos termos do artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como uma de suas funções constitucionais precípuas:

- (A) Orientar a elaboração da lei orçamentária anual e dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- (B) Instituir e arrecadar os impostos municipais.
- (C) Conceder moratória a débitos fiscais vencidos.
- (D) Fixar os subsídios dos vereadores para a legislatura seguinte.
- (E) Homologar os contratos de licitação celebrados pelo Poder Executivo.

41. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a LDO conterá o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso se concretizem. Esse anexo integra a estrutura da:

- (A) Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) Balanço Patrimonial Municipal.
- (D) Prestação de Contas Simplificada do Prefeito.
- (E) Ordem de Pagamento Preferencial.

42. Segundo as regras da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a despesa total com pessoal no âmbito dos Municípios não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). Dessa percentagem, o limite máximo repartido para o Poder Legislativo (incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver) é de:

- (A) 2%.
- (B) 10%.
- (C) 6%.
- (D) 54%.
- (E) 50%.

43. Consideram-se Restos a Pagar no âmbito da administração pública, conforme o artigo 36 da Lei nº 4.320/1964:

- (A) As despesas não liquidadas e não empenhadas dentro do exercício financeiro.
- (B) Os valores decorrentes de arrecadação tributária não previstos no orçamento.
- (C) As parcelas de empréstimos vincendas em exercícios futuros.
- (D) As receitas orçamentárias que não foram arrecadadas dentro do ano civil.
- (E) As despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro.

44. As despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente, mas que não tenham sido processadas na época própria, serão pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento vigente, sob a classificação de:

- (A) Restos a Pagar Processados.
- (B) Dívida Fundada Interna.
- (C) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).
- (D) Suplementação Orçamentária Emergencial.
- (E) Inscrição em Dívida Ativa.

45. Conforme a LRF (art. 9º) e o entendimento jurisprudencial consolidado pelo STF quanto à autonomia dos Poderes, se for verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá comprometer o cumprimento das metas fiscais, a limitação de empenho e movimentação financeira:

- (A) Deve ser efetuada de forma unilateral pelo Prefeito, que cortará os gastos da Câmara Municipal.
- (B) Não se aplica às despesas da Câmara Municipal, pois o Poder Legislativo possui imunidade orçamentária absoluta.
- (C) Depende de autorização expressa e individualizada do Tribunal de Contas do Estado.
- (D) Deve ser promovida por ato próprio de cada Poder (Executivo e Legislativo), segundo os critérios estabelecidos na LDO.
- (E) Suspende automaticamente o pagamento do subsídio dos Vereadores e dos salários dos servidores efetivos.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 46.** Nos termos do artigo 2º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a Receita Corrente Líquida (RCL) é apurada somando-se as receitas do mês em referência e as dos:
- (A) Seis meses anteriores, excluídas as despesas com pessoal.
 - (B) Doze meses anteriores, excluídas as duplicidades.
 - (C) Três meses anteriores, somados os restos a pagar.
 - (D) Vinte e quatro meses anteriores, deduzidas as operações de crédito.
 - (E) Dezoito meses anteriores, somadas as receitas de capital.
- 47.** De acordo com o artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) deve ser emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos, devendo o da Câmara Municipal ser assinado pelo:
- (A) Presidente da Câmara Municipal.
 - (B) Auditor de Controle Interno e pelo Prefeito.
 - (C) Juiz de Direito da Comarca local.
 - (D) Delegado de Polícia Civil do Município.
 - (E) Secretário de Estado de Fazenda.
- 48.** Segundo o artigo 59, § 1º, da LRF, o Tribunal de Contas alertará o Poder Legislativo quando o montante da sua despesa total com pessoal ultrapassar:
- (A) 50% do seu limite máximo.
 - (B) 70% da sua receita tributária própria.
 - (C) 90% do seu limite máximo.
 - (D) 100% da sua dotação orçamentária anual.
 - (E) 10% da sua reserva de contingência.
- 49.** Nos termos da Lei nº 4.320/1964 e do MCASP, a receita derivada da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços ou de taxas municipais classifica-se como:
- (A) Receita de Capital.
 - (B) Receita Corrente.
 - (C) Receita Extraorçamentária Pura.
 - (D) Operação de Crédito Interna.
 - (E) Alienação de Bens Imóveis.
- 50.** O estágio da receita pública no qual a autoridade administrativa verifica a ocorrência do fato gerador, determina a matéria tributável e identifica o devedor denomina-se:
- (A) Previsão.
 - (B) Arrecadação.
 - (C) Lançamento.
 - (D) Recolhimento.
 - (E) Fixação.
- 51.** Na classificação da despesa pública por natureza, o Grupo de Natureza da Despesa (GND) referente aos investimentos e inversões financeiras pertence à categoria econômica das:
- (A) Despesas Correntes.
 - (B) Despesas Extraorçamentárias.
 - (C) Transferências Operacionais.
 - (D) Subvenções Sociais.
 - (E) Despesas de Capital.

52. A modalidade de empenho destinada a atender despesas cujo montante é previamente conhecido e cujo pagamento deve ser efetuado de uma só vez chama-se:

- (A) Empenho Ordinário.
- (B) Empenho por Estimativa.
- (C) Empenho Global.
- (D) Empenho Extraorçamentário.
- (E) Empenho de Suplementação.

53. No encerramento do exercício financeiro, as despesas empenhadas que já passaram pela fase de verificação do direito do credor (prestação do serviço ou entrega do bem), mas não foram pagas, são inscritas em:

- (A) Restos a Pagar Não Processados.
- (B) Despesas de Exercícios Anteriores.
- (C) Dívida Ativa Tributária.
- (D) Restos a Pagar Processados.
- (E) Depósitos de Terceiros.

54. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, compromissos decorrentes de obrigações geradas em exercícios já encerrados, para os quais o orçamento consignava saldo suficiente, mas o empenho foi cancelado indevidamente, serão pagos à conta de:

- (A) Restos a Pagar do ano corrente.
- (B) Reserva de Contingência Exclusiva.
- (C) Crédito Extraordinário sem cobertura.
- (D) Fundo Especial do Poder Judiciário.
- (E) Despesas de Exercícios Anteriores (DEA).

55. Conforme o artigo 42 da LRF e a jurisprudência pacificada do STF, é vedado ao titular do Poder nos últimos dois quadrimestres do mandato contrair obrigação de despesa que não possa ser paga no mesmo exercício, salvo se:

- (A) Houver autorização prévia por decreto do Prefeito.
- (B) A despesa for destinada a publicidade institucional de final de mandato.
- (C) O saldo do Fundo de Participação dos Municípios aumentar no ano seguinte.
- (D) Tratar-se de contratação de novos cargos comissionados.
- (E) Houver suficiente disponibilidade de caixa para o seu pagamento no exercício seguinte.

- **Rascunho:** Use os espaços indicados na prova, se desejar e a folha de RASCUNHO da Prova Discursiva.
- **Folha Definitiva:** Transcreva o texto final para os locais corretos do **Caderno de Provas Discursiva Definitivos**. Textos fora do local apropriado não serão avaliados.
- **Limites:** O texto que ultrapassar o limite de linhas ou for escrito na folha errada será desconsiderado. Atente-se para a Discursiva para o cargo de Auditor de Controle Interno: 1 parecer de controle com extensão mínima de **40 (quarenta) linhas e máxima de 50 (cinquenta) linhas**.
- No Caderno de Textos Definitivos, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.

PROVA DISCURSIVA

Enunciado:

A Câmara Municipal de General Carneiro – MT instaurou procedimento para contratar empresa especializada em manutenção de equipamentos de informática, suporte técnico e fornecimento de peças, pelo prazo de 12 meses.

O setor responsável justificou a contratação direta por dispensa de licitação, alegando que a interrupção dos serviços de informática poderia comprometer o funcionamento administrativo da Câmara. O procedimento, entretanto, contém apenas uma justificativa genérica de emergência, três propostas comerciais obtidas por mensagens eletrônicas e a autorização do Presidente da Câmara.

Não foram localizados estudo técnico preliminar, termo de referência detalhado, análise de riscos, demonstração de compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, parecer jurídico ou comprovação de que a situação emergencial decorreu de fato imprevisível. O contrato foi assinado pelo prazo de 12 meses, sem delimitação dos equipamentos abrangidos, dos níveis de serviço e das peças que poderiam ser fornecidas.

Durante a execução, a empresa apresentou notas fiscais mensais. Em quatro meses, as notas foram pagas no mesmo dia de sua apresentação, sem relatório do fiscal do contrato, sem atesto detalhado da prestação dos serviços e sem comprovação da entrega das peças. Parte da despesa foi empenhada apenas depois da execução dos serviços. Ao final do exercício, o saldo de duas notas fiscais ainda não atestadas foi inscrito em restos a pagar não processados.

Em auditoria, também se verificou que a Câmara já havia contratado a mesma empresa, no exercício anterior, para serviço semelhante, mediante contratação direta, em valor inferior ao limite utilizado para justificar a dispensa. Os objetos foram divididos em períodos sucessivos, sem planejamento anual da necessidade.

O Presidente da Câmara solicita ao Auditor de Controle Interno a elaboração de parecer de controle sobre a regularidade da contratação e da execução da despesa, com identificação dos achados, riscos e medidas corretivas.

Comando:

Na condição de Auditor de Controle Interno, elabore um **parecer de controle**, com extensão de 40 a 50 linhas, examinando a situação apresentada. O parecer deverá conter, sempre que compatível com o caso, **relatório, fundamentação técnica, identificação dos achados, análise de conformidade, avaliação de riscos, conclusão e recomendações corretivas**.

O candidato deverá abordar a contratação direta, o planejamento da contratação, a justificativa da emergência, a pesquisa de preços, a formalização e a fiscalização contratual, os estágios da despesa pública, a realização de pagamento sem adequada liquidação, a inscrição em restos a pagar e os indícios de fracionamento indevido da despesa.

Realização

